



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 16/04/2013

Processo
00383-0200/20-1

LEI Nº 1.811/2001

"INSTITUI O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Página da
peça
1

Peça
4066485

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P0161372

JUAREZ STEIN, Prefeito Municipal de Dois Irmãos, RS, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica Municipal vigente, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Dois Irmãos, o Sistema de Controle Interno, com o objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Parágrafo único. O Sistema de Controle Interno ficará integrado na estrutura do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º São atribuições do Sistema de Controle Interno:

- I - avaliar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas previstos no Plano Plurianual;
- II - verificar o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- III - verificar os limites e condições para a realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;
- IV - verificar, periodicamente, a observância do limite da despesa total com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o retorno ao respectivo limite;
- V - verificar as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- VI - controlar a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- VII - verificar o cumprimento do limite de gastos totais do legislativo municipal;
- VIII - controlar a execução orçamentária;
- IX - avaliar os procedimentos adotados para a realização da receita e da despesa públicas;
- X - verificar a correta aplicação das transferências voluntárias;
- XI - controlar a destinação de recursos para os setores público e privado;

XII - avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento do Município;

XIII - verificar a escrituração das contas públicas;

XIV - acompanhar a gestão patrimonial;

XV - apreciar o relatório de gestão fiscal, assinando-o;

XVI - avaliar os resultados obtidos pelos administradores na execução dos programas de governo e aplicação dos recursos orçamentários;

XVII - apontar as falhas dos expedientes encaminhados e indicar soluções;

XVIII - verificar a implementação das soluções indicadas;

XIX - criar condições de atuação do controle externo;

XX - orientar e expedir atos normativos para Órgãos Setoriais;

XXI - elaborar seu regimento interno, a ser baixado por Decreto do Executivo;

XXII - desempenhar outras atividades estabelecidas em Lei ou que decorram das suas atribuições.

Art. 3º O Sistema de Controle Interno será integrado por:

I - órgão de coordenação central, denominado de Central de Sistema de Controle Interno, responsável pelo desempenho das atribuições elencadas no artigo anterior;

II - órgãos integrados, denominados Órgãos Setoriais de Sistema de controle Interno, responsáveis, em suas unidades específicas, pelo desempenho das atribuições pertinentes ao controle interno, e posterior remessa, para a Central de Controle Interno, da documentação atinente a essa tarefa.

Art. 4º A Central do Sistema de Controle Interno será integrada por servidores do Município, em número de 05 (cinco), assim constituído:

I - 01 (um) contador ou técnico em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

II - 04 (quatro) servidores ocupantes de cargo de nível médio ou superior, com experiência comprovada na administração pública municipal

§ 1º Os integrantes da Central do Sistema de Controle serão escolhidos pelo Prefeito dentre servidores, detentores de cargo de provimento efetivo e estáveis.

§ 2º Não poderão ser escolhidos para integrar a Central do Sistema de Controle Interno servidores que tenham sido declarados, administrativa ou judicialmente, em qualquer esfera, de forma definitiva, responsáveis pela prática de atos considerados irregulares e/ou lesivos ao patrimônio público.

§ 3º Os integrantes da Central de Sistema de Controle Interno poderão ser substituídos a pedido do servidor ou por iniciativa do Prefeito Municipal, para melhor atendimento das atribuições do cargo que é detentor.

~~§ 4º Os integrantes da Central de Sistema de Controle Interno farão jus ao recebimento de uma~~

~~gratificação mensal no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), independente do número de reuniões que realizarem, reajustada no mesmo índice salarial dos servidores municipais.~~

§ 4º Os integrantes da Central de Sistema de Controle Interno farão jus ao recebimento de uma gratificação mensal no valor de R\$ 866,59 (oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), independente do número de reuniões que realizarem, reajustada no mesmo índice salarial dos servidores municipais, exceto quando desempenharem esta função com exclusividade. (Redação dada pela Lei nº 3518/2013)

Art. 5º A Central do Sistema de Controle interno será assessorada permanentemente pelo órgão jurídico do Município.

Art. 6º ~~As orientações da Central de Controle Interno serão formalizadas através de Recomendações, as quais, uma vez aprovadas pelo Prefeito Municipal, possuirão caráter normativo.~~

Art. 6º As orientações da Central de Sistema de Controle Interno serão formalizadas através de Recomendações, as quais, uma vez aprovadas pelo Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara, possuirão caráter normativo no âmbito do respectivo Poder. (Redação dada pela Lei nº 1943/2002)

Art. 7º Os Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno são os abaixo, bem como aqueles criados posteriormente:

I - Gabinete do Prefeito;

II - Secretaria Municipal de Administração;

III - Secretaria Municipal da Fazenda;

~~IV - Secretaria Municipal da Saúde, Ação Social e Meio Ambiente;~~

IV - Secretaria Municipal da Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente; (Redação dada pela Lei nº 3518/2013)

~~V - Secretaria Municipal da Educação e Cultura;~~

V - Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto; (Redação dada pela Lei nº 3518/2013)

VI - Secretaria Municipal de Obras e Viação;

~~VII - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;~~

VII - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Transporte e Trânsito; (Redação dada pela Lei nº 3518/2013)

VII - Secretaria Municipal de Coordenação, Planejamento e Habitação.

~~VIII - Câmara Municipal de Vereadores. (Redação acrescida pela Lei nº 1943/2002)~~

VIII - Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação e (Redação dada pela Lei nº 3518/2013)

~~§ 1º Cada Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno será representado por um servidor, detentor de cargo de provimento efetivo e estável.~~

§ 1º Cada Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno será representado por um servidor, detentor de

cargo de provimento efetivo e estável, podendo, a Câmara Municipal de Vereadores, enquanto não contar com servidor com essa qualificação, designar detentor de cargo em comissão. (Redação dada pela Lei nº 1943/2002)

§ 2º O servidor responsável pelo Órgão Setorial de Controle Interno deverá, sempre que convocado, comparecer junto a Central do Sistema de Controle Interno para prestar esclarecimentos sobre suas tarefas e as de sua unidade específica.

§ 3º A autoridade máxima de cada um dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno escolherá o servidor responsável pela unidade e substituirá quando entender adequado ao bom e fiel desempenho das tarefas que ocupa.

Art. 8º São obrigações dos servidores integrantes do Sistema de Controle Interno, além do exercício das atribuições do cargo:

I - manter, no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;

II - representar, por escrito, ao Prefeito, contra o servidor que tenha praticado atos irregulares ou ilícitos;

III - guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de pareceres e representações ao Prefeito ou expedição de recomendações.

~~**Art. 9º** Os responsáveis pelo Sistema de Controle Interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão conhecimento ao Prefeito Municipal ou, conforme o caso, ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.~~

Art. 9º Os responsáveis pelo Sistema de Controle Interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão conhecimento ao Prefeito Municipal ou ao Presidente da Câmara de Vereadores, ou, conforme o caso, ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária. (Redação dada pela Lei nº 1943/2002)

Art. 10 Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidade perante os órgãos e servidores responsáveis pelo Sistema de Controle Interno.

~~**Art. 11** A Central do Sistema de Controle Interno reunir-se-á, no mínimo, 02 (duas) vezes por semana, em horário diferenciado do expediente normal do Município, com duração de pelo menos 01 (uma) hora cada reunião.~~

Art. 11 A Central do Sistema de Controle Interno reunir-se-á, no mínimo, 8 (oito) horas mensais, em horário diferenciado do expediente normal do Município, com duração mínima de 01 (uma) hora cada reunião. (Redação dada pela Lei nº 1943/2002)

Parágrafo único. Quando necessária a realização da entrevista e/ou pedidos de esclarecimentos a servidores da administração municipal ou do legislativo, estas poderão ser realizadas em horário normal de expediente. (Redação acrescida pela Lei nº 1943/2002)

~~**Art. 12** Na segunda quinzena do mês de dezembro de cada ano, a Central do Sistema de Controle Interno fará relatório circunstanciado de suas atividades propondo as medidas necessárias ao aperfeiçoamento das atividades controladas.~~

Parágrafo único. A Central do Sistema de Controle Interno reunir-se-á, no mínimo 01 (uma) vez por mês com os servidores responsáveis pelos Órgãos Setoriais de Controle Interno.

Art. 12 Na segunda quinzena do mês de janeiro de cada ano, a Central do Sistema de Controle Interno fará relatório circunstanciado de suas atividades propondo as medidas necessárias ao aperfeiçoamento das atividades controladas. (Redação dada pela Lei nº 1943/2002)

Parágrafo único. A Central do Sistema de Controle Interno reunir-se-á, quando necessário, com os servidores responsáveis pelos Órgãos Setoriais de Controle Interno, em horário normal de expediente do Município, mediante convocação de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. Tal reunião poderá ser realizada com a totalidade dos setoriais ou com aqueles que a Central de Controle Interno julgar necessários. (Redação dada pela Lei nº 1943/2002)

Art. 13 O Sistema de Controle Interno constitui atividade administrativa permanente e a participação de servidor público em quaisquer atos necessários ao seu funcionamento é considerada como relevante serviço público obrigatório.

Art. 14 Não existirá qualquer tipo de subordinação hierárquica entre os órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno.

Art. 15 O Poder Executivo regulamentará, no que couber, esta Lei.

~~**Art. 16** O Sistema de Controle Interno do Legislativo organizar-se-á com fundamento no disposto nesta lei, no que couber. (Revogada pela Lei nº 1943/2002)~~

Art. 17 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 18 Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS, RS, 21 DE FEVEREIRO DE 2001.

**JUAREZ
STEIN,
PREFEITO
MUNICIPAL.**

REGISTRE-SE E
PUBLIQUE-SE

GUIDO PAULO MÜLLER
SECRET. MUNIC. ADMINISTRAÇÃO

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 31/05/2021

Processo
00383-0200/20-1

Página da
peça
5

Peça
4066485

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P0161372